O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro eu quero cumprimentar o deputado Campos Machado. Ele sabe do respeito que tenho a ele. Mas ouvindo-o falar sobre alguém do meu partido, de traidor, eu acho que cada um cuida do seu partido. O partido do deputado Campos Machado é o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Em momento algum posso deixar que chamem alguém de traidor dentro do partido PSDB. Isso não é verdade. O candidato do Partido da Social Democracia Brasileira à Presidência da República - o deputado Campos Machado sabe muito bem disso - é o governador Geraldo Alckmin, que é apoiado pelo prefeito do município de São Paulo, o prefeito João Doria.

Essa história de “traidor” é uma palavra muito forte. Imagino que o deputado Campos Machado, com todo seu tempo de Casa e de experiência, tenha se equivocado. Eu acho que cada um cuida do seu partido. Eu acho que é muito ruim chamar alguém de outro partido, que apoia o governador Geraldo Alckmin, que é companheiro do governador Geraldo Alckmin. O governador Geraldo Alckmin será o nosso candidato à Presidência da República sem nenhuma preocupação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por 2 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação da prorrogação.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Acompanhei atentamente a fala do deputado Campos Machado, eu gostaria até que ele me ouvisse daqui da tribuna. Não vou entrar nessa seara do PSDB - que é uma questão interna do tucanato daqui de São Paulo - mas em relação ao projeto de lei.

Nós, do PSOL, vamos votar a favor do projeto de lei porque ele regulariza a situação de servidores dessa empresa estatal de Campos do Jordão. Ele não trata de questão salarial. E também vamos votar favoravelmente à emenda que o deputado Campos Machado está apresentando. Essa é a nossa posição da bancada do PSOL.

Estranhei a posição do deputado Campos Machado, criticando principalmente a nós, do PSOL, dizendo que não estamos ao lado dos servidores, dos pequenos. Eu estranhei isso porque é o deputado Campos Machado quem nunca esteve. Parece que ele está tendo um surto, um arroubo, uma conversão, não sei o que está acontecendo com ele.

O deputado Campos Machado sempre criticou os servidores da Educação. Nunca vi o deputado Campos Machado fazendo pressão para que o governo estadual cumpra a data-base salarial dos servidores. Há mais de três anos a data-base salarial não é cumprida para os professores, os servidores da Educação, os servidores da Segurança Pública e do Sistema Prisional. Agora, de uma forma repentina, em um arroubo, um surto, o deputado Campos Machado vai à tribuna dizer que está do lado dos pequenos, dos servidores. Não entendi.

Deputado Campos Machado, nós vamos votar a favor desse projeto de lei que é do Executivo, do seu amigo Geraldo Alckmin, do seu irmão Geraldo Alckmin. Vamos votar a favor porque é um projeto importante que regulariza a situação dos servidores - não trata da questão salarial. Vamos votar também a favor da emenda que V. Exa. está apresentando. Queria fazer este registro da bancada do PSOL.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PR está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PR.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Para colocar o PRB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra obstrução do PRB.

O SR. ANTONIO SALIM CURIATI - PP - Para colocar o PP em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra obstrução do PP.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Para colocar o DEM em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra obstrução do DEM.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Para colocar o PCdoB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra obstrução do PCdoB.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Para colocar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra obstrução do PT.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Para registrar abstenção.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Esta Presidência registra abstenção do deputado Cauê Macris.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 31 Srs. Deputados: 28 votaram “sim”, 1 votou “não”, uma abstenção e este deputado na Presidência, quórum insuficiente para a prorrogação dos nossos trabalhos. Com a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga, para discutir contra.

Antes, porém, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, do inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após esta sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar nº 10, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.211,

de 2013, que institui o Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os servidores ferroviários da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ. Com emenda. Parecer nº 387, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Márcio Camargo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, hoje no Colégio de Líderes tratamos de alguns itens, dentre eles o projeto que mexe na lei do deputado Rui Falcão, tratamos também do projeto que trata da ferrovia de Campos do Jordão e ainda um outro item que trata da região de Cotia. Dissemos no Colégio de Líderes da nossa divergência, que estamos trabalhando para buscar uma proposta alternativa da bancada do Partido dos Trabalhadores em relação ao primeiro item que trata da cobrança dos consumidores via AR. Entendemos e defendemos a lei do deputado Rui Falcão, que garante que consumidores não fiquem nas mãos das grandes empresas no processo de cobrança, onde acaba sujando o nome de muita gente de maneira indevida. Para a empresa tanto faz, mas, para o consumidor, isso gera um grande dano e prejuíca muito a vida das pessoas.

Também dissemos que entendemos o argumento dos pequenos comerciantes de que deve haver alguma medida para agilizar esse processo e colocamos que nossa bancada vai discutir mais a matéria. Pedimos mais um tempo para que pudéssemos fazer esse debate e, dentre outras coisas, escutar as entidades de defesa do consumidor. O Governo entendeu que esse debate era necessário.

Disse ali que concordava com o deputado Barros Munhoz sobre o argumento de que, se uma lei é aprovada por esta Casa, seja de um ex-deputado ou de um atual, ela poderia ser objeto, ou não, de alteração. Disse que não tem sentido em seu objeto se a Casa entender que precisa melhorar. Não se trata só desse caso específico, mas no geral. Nossa função é fazer leis.

Essa foi a divergência que houve entre os deputados Campos e Barros. Nós nos manifestamos nesse entendimento, apesar de não concordarmos com o projeto do jeito que está.

Também dissemos que éramos contra o argumento do deputado Campos Machado, que dizia que a lei estava sub judice no STF. Há uma Adin que contesta a constitucionalidade da lei. O deputado Campos diz que não se pode votar enquanto não se resolver a Adin. Ele teria razão se os efeitos da lei estivessem suspensos, o que não é o caso. A lei está válida e está sendo aplicada. Há uma ação tramitando segundo a qual ela pode, porventura, ficar inconstitucional. E por que isso?

Se a decisão do tribunal for a de que a lei é inconstitucional, esta Casa pode alterá-la. Se a posição do tribunal for a de que a lei é constitucional, esta Casa também pode alterá-la.

Não sei por qual razão o deputado Campos ficou muito alterado devido a essa discussão. Fez uma defesa enfática e a respeitamos, mas, particularmente, ainda não entendi. Aliás, teve até reforço hoje. Além do deputado Campos, líder do PTB, estava o deputado Roque Barbieri, os dois com argumentos enfáticos em defesa dessa lei.

Nossa argumentação foi no sentido de que poderíamos alterar pelas duas razões, independentemente da ação no STF ou de ser uma lei de qualquer deputado desta Casa. Disse que tínhamos divergências no mérito, salvo se houver as alterações que têm diálogo. Também disse que a bancada ia se reunir.

Sobre o projeto dos servidores, deputado Camargo, não é de hoje que a bancada do PT se manifesta sobre projetos em defesa dos servidores. Vossa Excelência disse que não tinha qualquer acordo em relação ao outro projeto, que envolve o AR, e queria obstruir, o que é legítimo, cada bancada faz o que deseja e o que acha correto, mas achamos que não seria o caso nesse projeto, que regulariza uma situação dos servidores e que envolve a rodovia em Campos do Jordão.

É uma situação que, segundo o Governo - e consultamos nossa assessoria - regulariza uma situação devido a uma decisão judicial. Achamos por bem, legítimo, que essa situação seja regularizada para não prejudicar os servidores que lá estão. Não tem sentido. Aliás, seria ilógico da nossa parte. A bancada do PT tem feito discursos em defesa dos servidores e, nesse caso, votar de forma contrária não faria sentido. E o número de cargos, inclusive, é reduzido de 70 para 53 cargos.

Essa é nossa posição, deputado Campos, e a expressamos aqui, legitimamente, em público. Também informo a V. Exa. em público, da mesma maneira que o informei hoje à tarde, que somos favoráveis à emenda de V. Exa. que trata da progressão, que reduz o tempo e que também beneficia o servidor. Votaremos favoravelmente sem problema algum.

Seu problema não é conosco, é com o Governo que V. Exa. diz defender, o seu aliado e irmão, Geraldo Alckmin.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - "Diz" não, defendo. Não sou covarde, não.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Posso falar? Acho que o nobre deputado está um pouco alterado. Posso falar, Sr. Presidente? Estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Com a palavra, deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O nobre deputado Campos Machado está alterado o dia inteiro, desde o Colégio de Líderes. Estava eufórico. Calma, deputado, o seu problema não é conosco. O seu problema é com o deputado Barros Munhoz, tanto é que V. Exas. discutiram há pouco. Resolvam com o seu aliado, governador Geraldo Alckmin. Liga para ele e resolve, já que ele gosta também de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - MÁRCIO CAMARGO - PSC - Peço licença ao nobre deputado Alencar Santana Braga. Será preservado o seu tempo restante de oito minutos.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência adita a Ordem do Dia, os seguintes projetos de lei, vetados totalmente: - PL nº 268/16, PL nº 380/16, PL nº 670/16 e PL nº 866/16.

Esgotado o tempo da presente sessão, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia do dia de hoje e os aditamentos anunciados, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

19 DE SETEMBRO DE 2017 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 10/17.
2 - BARROS MUNHOZ Para comunicação, tece comentários a respeito do projeto em tela.
3 - BARROS MUNHOZ Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

4 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Levanta a sessão às 19h13min.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 10, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1.211, de 2013, que institui o Plano de Carreiras de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os servidores ferroviários da Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ. Com emenda. Parecer nº 387, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário à emenda.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB – PARA COMUNICAÇÃO - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, houve o entendimento entre as partes, de que ficará este projeto dado por discutido durante quatro horas e 30 minutos, faltando, portanto, uma hora e 30 minutos para terminar a discussão, mais o residual de oito minutos do deputado Alencar Santana Braga.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, consulto se todos os líderes presentes na Casa estão em concordância com o acordo feito, de dar por discutido o projeto por quatro horas e 30 minutos, faltando uma hora e 30 minutos e o residual de oito minutos do deputado Alencar Santana Braga. Havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.

20 DE SETEMBRO DE 2017 134ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CORONEL TELHADA, WELSON GASPARINI, LUIZ CARLOS GONDIM e MARCOS MARTINS
Secretário: WELSON GASPARINI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão.

2 - RAMALHO DA CONSTRUÇÃO

Presta solidariedade às vítimas do terremoto que atingiu o México. Relata visita a várias cidades no entorno de Presidente Prudente. Alerta para a possibilidade de problemas ambientais na região. Propõe mudanças nas leis que regem os assentamentos da reforma agrária. Defende a redução da carga tributária.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Cumprimenta os estudantes do Colégio Santa Amália, presentes nas galerias. Cancela a sessão solene anteriormente convocada para 16/10, às 20 horas, em "Comemoração dos 50 anos de formatura dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do Largo de São Francisco, turma de 1967", a pedido do deputado Barros Munhoz. Convoca duas sessões solenes, ambas solicitadas pelo deputado Campos Machado: a primeira, a ser realizada às 20 horas de 16/10; em "Comemoração dos 60 anos de existência da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo"; e a segunda, a ser realizada em 27/10, às 20 horas, em "Comemoração dos 85 anos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil".

4 - WELSON GASPARINI

Comenta reportagem acerca da descoberta de fraudes em programa federal destinado a deficientes físicos. Ressalta a economia de recursos obtida através de maior fiscalização. Lamenta que, a seu ver, poucas providências sejam tomadas contra a corrupção. Lê texto de Ruy Barbosa sobre a derrocada dos valores.

5 - CÁSSIO NAVARRO

Para comunicação, anuncia a visita da presidente do Fundo Social de Solidariedade e primeira-dama de Praia Grande, Maria Del Carmen Padin Mourão, bem como da vice-prefeita Maura Lígia Costa Russo e da secretária de Transportes Raquel Auxiliadora Chini.

6 - CARLOS GIANNAZI

Faz ponderações sobre os problemas gerados pela dívida pública brasileira. Exibe lista de empresas que devem impostos a São Paulo. Espanta-se com o fato de que muitas das devedoras pertencem a setores aos quais o governo estadual concedeu isenções fiscais. Crítica as políticas de austeridade orçamentária.

7 - WELSON GASPARINI

Assume a Presidência.

8 - CORONEL TELHADA

Agradece a seus pares pela aprovação do PLC 4/17. Declara que a mudança da idade limite para a aposentadoria na Polícia Militar, um dos itens da propositura, é uma resposta a reivindicações dos próprios policiais. Cobra do Governo a concessão de reajuste salarial aos servidores.

9 - CORONEL TELHADA

Solicita a suspensão dos trabalhos até as 15 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE WELSON GASPARINI

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h11min.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência e reabre a sessão às 15h32min.

12 - MARCOS MARTINS

Pelo art. 82, expressa apoio à PEC 5/16. Transmite demanda recebida de moradores de Mogi das Cruzes, a respeito de problemas no atendimento de pacientes com câncer nos hospitais da região. Alude à sua luta pela proibição do uso de substâncias cancerígenas.

13 - MARCOS MARTINS

Assume a Presidência.

14 - LUIZ CARLOS GONDIM

Pelo art. 82, faz comentários sobre o caso citado pelo deputado Marcos Martins. Diz que o tratamento de pacientes com câncer deve ter início imediatamente após o diagnóstico, o que não tem acontecido. Supõe que existam motivos financeiros por trás da demora.

15 - LUIZ CARLOS GONDIM

Para comunicação, cobra do Executivo a inauguração de hospital público em Suzano, já pronto e equipado, mas que não foi ainda posto em funcionamento. Afirma que não é aceitável que pacientes precisem procurar esta Casa para que o atendimento seja realizado.

16 - LUIZ CARLOS GONDIM

Assume a Presidência. Anuncia a presença de visitantes da cidade de Nova Odessa, a convite do presidente Cauê Macris.

17 - MARCOS MARTINS

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE LUIZ CARLOS GONDIM

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 21/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, prevista para as 19 horas de hoje. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE – CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Welson Gasparini para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO – WELSON GASPARINI – PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 44a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 21/09/17.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Sr. Presidente, nobre Coronel Telhada, grande parlamentar, homem da Segurança Pública e um grande chefe de família, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, colaboradores, telespectadores, meu irmão Welson Gasparini - acho que todos aprendemos muito com a experiência de V. Exa. - quero cumprimentar os visitantes desta tarde, as escolas que estão visitando a nossa Assembleia Legislativa.

Quero parabenizá-los por essa iniciativa, não só dos dirigentes da escola, mas também dos alunos. Acho que é muito importante o jovem, principalmente na escola, entender um pouco como funciona o Parlamento e a Casa de Leis. Isso contribui para que possamos, aos poucos, conhecer como ele funciona e como agir com honestidade na política brasileira.

A política tem jeito. O Brasil tem jeito. Tudo se constrói através da política, mas depende de todos nós. Quero me solidarizar com as vítimas do terremoto. Ele teve um grau de 7,1, matando 147 pessoas no México. 49 prédios caíram. Deixo a nossa solidariedade a todas as famílias. Tragédias têm acontecido ultimamente por conta da natureza, mas são seres humanos. São momentos difíceis. Pessoas perdem as suas vidas, outras deixam famílias desesperadas. Tudo bem que é uma tragédia natural, são coisas que acontecem e não estão previstas, mas deixo os nossos sentimentos para essas famílias.

Sr. Presidente, vim agradecer a receptividade que recebi. Do dia 13 ao dia 18, estive na região de Presidente Prudente, onde visitamos 21 prefeituras. Fizemos 47 reuniões. Tivemos que trabalhar, em média, 18 horas por dia. Havia dias em que acordávamos às 03 horas da manhã e iamoss dormir depois da meia-noite.

Começamos com o centenário de Presidente Prudente. Foi uma grande festa, com mais de 60 mil pessoas. No outro dia, estivemos com o nosso querido companheiro, ex- deputado Bragato. Com certeza, ele tem feito muita falta na Assembleia Legislativa. O povo de Presidente Prudente tem um carinho especial por dois homens públicos. Em todas as cidades em que passei, as pessoas se lembravam do Bragato e do governador Geraldo Alckmin, inclusive por conta desses rumores sobre ele ser candidato a presidente, sobre o Doria ser o candidato. Em todas as cidades, pude sentir o carinho que o pessoal tem pelo governador.

Aquela região talvez seja uma das mais pobres e com mais dificuldades do nosso Estado. Cada cidade tem uma carência. O que eu mais senti - e não sei o que fazer - é a situação dos assentados. De que adianta assentar 20 mil pessoas, se não dão condições para elas plantarem ou venderem os seus produtos? De que vai adiantar a emenda de deputado - que é de dois milhões de reais, quando pagam - para resolver uma situação tão grave como essa?

Precisávamos pensar em um projeto de lei de assentamento mais justo, porque em todos os assentamentos por onde passei, nos quais converseamos com as pessoas, as necessidades são grandes. Muitas pessoas que estão ali assentadas sequer têm intimidade com a agricultura ou com a roça. Eu nasci na roça e fiquei lá até os meus 19 anos, praticamente. Vim para São Paulo ser servente de pedreiro em 1968.

Temos que pensar como podemos trazer investimentos de fora para aquela região. Estive 11 dias nos Emirados Árabes. Lá vemos um canteiro de obra, trabalhando a todo vapor, em três turnos. Aqui no Brasil, a construção civil perde um milhão e 200 mil postos diretos de trabalho. Isso significa que, entre as 14 milhões de pessoas que perderam o emprego, há um milhão e 200 mil empregos diretos nossos. Na cadeia, isso chega a quase quatro milhões de pessoas. Quase um terço é por conta da indústria da construção.

Vemos um país daquele, com tanto dinheiro, que faz, planta e leva terra de outros países, irrigando, tirando sal da água e produzindo tudo lá. Nós estamos no Brasil. Como disse Pero Vaz de Caminha, na Carta a D. Manuel, “em se plantando tudo dá”, mas não há um projeto para nossa agricultura, para exportação. Pelo contrário, temos uma carga tributária de 36%, a pior do mundo. Depois do Brasil, o país que mais cobra é Portugal: nove por cento. Enquanto isso, temos os Estados Unidos, que é isento, o Chile, isento, entre outros tantos países isentos. Quando cobram, cobram uma taxa pequena. Vale lembrar que, em Dubai, ainda não tem imposto. Parece que vai ter a partir do ano que vem.

Aqui no Brasil, metade do que se trabalha é para os impostos. Recolhem-se muito mais impostos - e vai desde município, estados e governo federal - do que se paga de salário para as pessoas. Infelizmente, isso é cruel e injusto. É uma matéria que todos os deputados precisariam debater.